

ÀS VEZES NEVA EM ABRIL

JOÃO SANTOS LOPES



Sociedade Portuguesa de Autores
Publicações Dom Quixote

JOÃO SANTOS LOPES

ÀS VEZES NEVA EM ABRIL

Peça em Dois Actos

GRANDE PRÉMIO DE TEATRO PORTUGUÊS
SPA/NOVO GRUPO

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES / PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE
LISBOA
1998

Biblioteca Nacional – Catalogação na Publicação
Lopes, João Santos
Às vezes neva em Abril
(Autores de língua portuguesa)
ISBN 972-20-1485-4
CDU 821.134.3-2



Publicações Dom Quixote, Lda.
Av. Cintura do Porto de Lisboa
Urbanização da Matinha – Lote A – 2.º C
1900 Lisboa

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

© 1998, João Santos Lopes

Capa: Cartaz do espectáculo do Novo Grupo

Revisão tipográfica: Filipe Rodrigues

1.ª edição: Junho de 1998
Depósito legal n.º 124592/98
Fotocomposição: ABC Gráfica, Lda.
Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos

ISBN: 972-20-1485-4

ÀS VEZES A LIBERDADE TAMBÉM SE TRANSFORMA NUM FARDO TRÁGICO

Com o Concurso para o Grande Prémio de Teatro Português, o Novo Grupo de Teatro e a Sociedade Portuguesa de Autores pretendem incentivar e divulgar a dramaturgia portuguesa em diversas vertentes. Para além do valor monetário, atribuído ao autor da peça vencedora, o prémio inclui a representação da peça no Teatro Aberto, a edição na colecção de teatro das Publicações Dom Quixote, a tradução para três línguas (inglês, alemão e espanhol) e a divulgação junto de editoras e companhias de teatro estrangeiras, especialmente interessadas na apresentação de textos de dramaturgia contemporânea.

O júri que em 1997 distinguiu *Às vezes Neva em Abril* de João Santos Lopes, decidiu juntar à responsabilidade pela escolha da peça a participação no processo da sua estreia absoluta. Foi assim que, na última reunião, ficou acordado que o júri iria assistir a alguns ensaios, para emitir a sua opinião sobre a leitura cénica da peça, e escreveria um texto para o programa do espectáculo.

Depois de ter sido um dos seis elementos do júri que leu e escolheu a peça, acabei por me tornar também responsável por essa outra leitura, a da encenação, que torna o texto vivo ao encaminhá-lo para a finalidade com que todos os textos de teatro são escri-

tos – o palco. Agora que o espectáculo está parcialmente acabado (e digo parcialmente porque nenhum texto de teatro chega a estar acabado), lembro-me da primeira impressão que o texto me causou, quando o li como júri: ao princípio, a peça cativou-me pela secura do diálogo e pela coragem com que estava escrita, mas depois comecei a achá-la muito violenta e a ter dúvidas se gostaria de a ver no palco do Teatro Aberto. Quase desejei a meio da leitura que o autor, como muitos outros, escorregasse e não conseguisse levar a sua ideia de uma forma coerente e dramaturgicamente correcta até ao fim. Foi com espanto que verifiquei que o autor era terrivelmente consequente e conseguia acabar a peça com a mesma promessa de caos com que começara. Era realmente uma peça brutal, sem esperança, incómoda, mas com muito teatro, arrojo e desafio dentro dela.

O Dia do Autor, festejado pela Sociedade Portuguesa de Autores, foi o dia escolhido para anunciar e entregar o Grande Prémio de Teatro Português. Foi nessa festa que me foi apresentado o autor da peça, o João Santos Lopes. Achei-o tímido, reservado e simpático. Confidenciou-me que tinha visto no Teatro Aberto uma peça que o impressionara muito, *Na Solidão dos Campos de Algodão*, de Koltès, que, por sinal, tinha sido encenada por mim. Lembrei-me então que na leitura da peça (li-a três vezes como júri) a descrição da localização da acção me tinha feito lembrar a «*Solidão*».

Em seguida era preciso escolher um encenador para dirigir aquele texto no Teatro Aberto, pois até ali era um bom texto, mas estava só no papel, era necessário dar-lhe vida num palco. Havia várias coisas que me empurravam para assumir a direcção da peça: o facto de o autor se ter inspirado num universo que eu tinha criado e o facto de ser a primeira peça a levar à cena, vinda de um concurso que o Novo Grupo muito se orgulha de ter organizado e realizado com a SPA para promover a difusão do teatro português contemporâneo. E havia também um outro lado que eu, como encenador, e cidadão, não podia esquecer: a violência do tema. Ainda há pouco tempo tinha sido obrigado a comparecer em tribunal como testemunha da morte de Alcino Monteiro, pois assistira, à

distância, àquele crime horrível. Era um mundo em que eu não queria entrar, mas lembrando-me daquele jovem que passou por mim despreocupado e que daí a segundos era morto barbaramente, sem razão, só porque era preto, resolvi dirigir o espectáculo e não convidar nenhum colega meu para o fazer.

Depois foi escolher os actores: dois deles, o Paulo Oom e o José Jorge Duarte, são amigos da casa e vinham de um magnífico banho numa óptima *Água Salgada*; outros dois, o Pedro Laginha e o Philippe Leroux, tinham prestado provas numa audição do Teatro Aberto para a trilogia de peças sobre a juventude, assim como a Catarina Matos, a única personagem feminina, que eu já tinha escolhido também para o *Sweeney Todd*; por fim, o José Jorge Duarte falou-me do Ricardo Afonso, que vem da música e gostava de experimentar o teatro.

Uma vez constituído o elenco, partimos para a construção das personagens com a seguinte premissa: as personagens iriam surgir com eles e a partir deles; não eram *skins*, mas jovens vulgares, iguais a muitos outros. Depois de estudar a peça, com vista à sua transposição para o palco, tive necessidade de mudar, cortar e acrescentar alguns diálogos para clarificar situações e dar mais espessura a algumas personagens. Disse ao autor que a Vera San Payo de Lemos e eu íamos tratar a peça como se fosse um texto estrangeiro. Era um elogio, que o João Santos Lopes aceitou, pois disse-me que o que tinha escrito era barro para eu moldar.

Os ensaios foram-se desenrolando com a colaboração do elenco em diversas formas de atitudes e expressão verbal próprias daquele tipo de jovens, com projecção de filmes com temáticas afins, com rotação de papéis entre os actores, com a colaboração do mestre Stobbaerts nas lutas e da Dulce Pereira no crioulo.

Para os figurinos convidei a Maria Gonzaga, com quem tinha trabalhado há dez anos em *A Rua* e de quem recordava a criatividade e o entusiasmo no trabalho. Para a concepção do cenário contei com o António Casimiro, um amigo e colaborador de longa data. Como o autor tinha localizado a acção junto a uma estação de caminho-de-ferro desactivada, andámos com o Melim Teixeira ao longo da linha do Entroncamento, entrámos em muitos barra-

cões desactivados e fomo-nos inspirando para a criação de um cenário que não queríamos apenas realista, mas também aberto à dimensão simbólica. Foi assim que resolvemos «rasgar» as paredes de um barracão para sublinhar a crueza da acção e o mundo daqueles jovens que se rasgam uns aos outros e a si próprios sem consciência do que estão a fazer.

O nosso trabalho no teatro, neste pequeno colectivo da Praça de Espanha, tem sido sempre, ao longo dos anos, a procura de um sentido para as nossas vidas. Através dos textos que escolhemos, procuramos encontrar respostas para o mistério que é estarmos vivos. E estarmos vivos para quê? Fomos desde o início ensinados a ajudar o próximo. E para quê? Para morrermos sem saber o essencial? O teatro sempre vai apaziguando os nossos fantasmas, visto neste ofício não trabalharmos com Deus, mas com o Diabo, e sermos o reflexo deformado de todas as nossas virtudes e enfermidades.

Quando o homem se encontra próximo da encruzilhada do racismo (e isso também é válido para nós, portugueses, que nos consideramos «muito tolerantes»), tem de haver também na arte perguntas e respostas que nos inquietem e façam pensar. É necessário que o teatro participe, duma forma activa, naquilo em que a nossa liberdade também degenerou.

Um pouco ao contrário do autor da peça, que não acredita que num futuro as coisas melhorem, eu quero acreditar que o homem se modifica e melhora. A grande ambiguidade do final do espectáculo existe para que se pense e se procure uma explicação para aqueles «anjos diabólicos» e também para que se veja que os cravos de Abril, que nos deram a dignidade e a liberdade, às vezes também podem transformar-se num fardo trágico que carregamos aos ombros.

João Lourenço